
Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

Graduaciones de la educación de jóvenes y adultos en la educación superior: de la vida escolar a la vida académica

Diego Rodrigo Pereira
Francisca das Chagas Silva Lima
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís-Brasil

Resumo

Neste artigo analisaram-se as trajetórias escolares, condições de ingresso, permanência e conclusão dos egressos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Superior. A pesquisa qualitativa utilizou como procedimentos: revisão bibliográfica, pesquisas documental e de campo. Os problemas relacionados à qualidade da Educação de Jovens e Adultos aliados às condições socioeconômicas dificultam o ingresso do público-alvo dessa modalidade da Educação Básica na Educação Superior. Sobre a permanência, a aprendizagem básica revela-se insatisfatória, há insuficiência de políticas institucionais para acompanhamento das vivências acadêmicas que garantam a frequência à instituição até a conclusão do curso. Julgou-se ser necessário maior investimento na Educação de Jovens e Adultos, para que as camadas populares possam vislumbrar possibilidades de estudos na Educação Superior.

Palavras-chave: Jovens; Adultos; Educação Superior.

Resumen

En este artículo se analizan las trayectorias escolares, condiciones de ingreso, permanencia y conclusión de los egresos de Educación de Jóvenes y Adultos en la Educación Superior. La investigación cualitativa utilizó como procedimientos: revisión bibliográfica, investigación documental y de campo. Problemas relacionados con la calidad de la Educación de Jóvenes y Adultos aliados a las condiciones socioeconómicas dificultan el ingreso del público objetivo de esta modalidad de Educación Básica a la Educación Superior. En cuanto a la permanencia, los aprendizajes básicos son insatisfactorios, no existen suficientes políticas institucionales de seguimiento de experiencias académicas que garanticen la permanencia en la institución hasta finalizar el curso. Se consideró necesario invertir más en la Educación de Jóvenes y Adultos, para que las clases bajas pudieran vislumbrar posibilidades de estudios en la Educación Superior.

Palabras clave: Jóvenes; Adultos; Educación Superior.

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 instituiu a educação como um direito social de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, supondo a criação de políticas públicas apropriadas. Com o compromisso em garantir a formação escolar da população, no que concernem aos saberes que fomentem valores que viabilizem a emancipação humana, as dinâmicas de implementação das políticas educacionais começaram a dar maior atenção às especificidades existentes na sociedade.

Nesse sentido, para minimizar as desigualdades sociais, econômicas e promover a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96, consoante os pressupostos da CRFB de 1988, organizou a educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior.

A Educação Básica, com a finalidade de desenvolver o educando para o exercício da cidadania, progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996), é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e, organizada em sete modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância (EAD), Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena. Para fins desta pesquisa, enfatizou-se a EJA.

Como modalidade de ensino destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade própria a Educação Básica obrigatória e gratuita², a EJA contempla a oportunidade de escolarização, baseada na reparação, equalização e qualificação, a partir de uma proposta curricular flexível, que considera as diferenças individuais e os conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, a valorização dos conhecimentos adquiridos antes da inserção no ambiente escolar.

Segundo Haddad (2007), apesar desse reconhecimento da EJA como modalidade da Educação Básica, a LDB n.º 9.394/96 deixou de lado uma série de iniciativas importantes à realização plena do direito a escolarização básica, como, por exemplo, uma atitude ativa por parte do poder público na convocação e na criação de condições para que o aluno sujeito dessa modalidade de ensino possa frequentar a escola. Para Arroyo (2011), improvisação, indefinição, voluntarismo, campanhas emergenciais e soluções conjunturais marcam a história da EJA.

Segundo Furtado e Lima (2010), o direito à educação foi, ao longo dos anos, negado aos mais pobres, ensejando a exclusão social e dando origem à luta por uma educação que respeite e atenda às necessidades dessa população. Muitas pessoas foram privadas desse direito, principalmente, pela necessidade de trabalhar e pela falta de políticas, que assegurassem o seu acesso e permanência na escola.

Consoante Arroyo (2011), a EJA sairá da configuração supletiva, preventiva e moralizante quando mudar o olhar em relação aos sujeitos público-alvo dessa modalidade da Educação Básica, os vendo com seu protagonismo positivo, ou seja, sujeitos de direitos e deveres do Estado, configurando-se então como política pública, como dever de Estado.

Dentre as expectativas do público da EJA, destaca-se o ingresso na Educação Superior permeado por desafios no momento de transição do Ensino Médio com o curso de nível superior. A EJA caminha com problemas de qualidade, dificultando os sentimentos e as emoções do seu público em relação ao futuro. As expectativas quanto ao ingresso numa universidade, e também quanto à conquista de um emprego e uma carreira são mínimas, consideradas a falta de conhecimentos e estímulos oferecidos pela modalidade. Ainda, as condições socioeconômicas dessas pessoas são parte imprescindível para a conquista desses objetivos.

Estudos como de Castro (2012), apontam que indivíduos mesmo em circunstâncias de desvantagem social podem realizar trajetórias escolares de sucesso e, assim, chegarem até as universidades. Contrapondo-se a esse argumento, Boudon (1981), Faria e Moura (2015), apontam que as condições institucionais, socioeconômicas e pessoais repercutem na trajetória escolar, dificultando as possibilidades de as pessoas continuarem os estudos após a Educação Básica. A precariedade da educação pública e a omissão dos responsáveis pela sua oferta de qualidade aliados aos principais problemas socioeconômicos que permeiam a vida dos brasileiros, tem contribuído para que a população esteja mal preparada para as exigências do ingresso nas universidades.

Segundo estudos, desenvolvidos por Boudon (1981), Faria e Moura (2015), obter sucesso ou fracasso na vida possui relação com os aspectos da origem social, cultural, econômica e, principalmente, educacional das pessoas. Nesse sentido, o direito educacional proposto ao público da EJA, não pode se reduzir à concessão de oportunidades educacionais. A democratização do acesso à escola deve ser combinada pela oportunidade

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

escolar, pelos níveis satisfatórios de qualidade educacional e desempenho escolar, e um conjunto de condições que contribuam para a qualidade de vida dos indivíduos, possibilitando entre outras coisas, condições para ingresso, permanência e conclusão na Educação Superior.

Neste artigo analisaram-se as trajetórias escolares, condições de ingresso, permanência e conclusão dos egressos da EJA na Educação Superior. A justificativa deste estudo está relacionada a notória exclusão precoce da classe trabalhadora brasileira dos processos de escolarização e, conseqüentemente, a sua exploração sublinhada nas poucas e precárias oportunidades de emprego aliadas aos baixos salários.

Para os egressos dessa modalidade da Educação Básica, existem vários desafios no momento de transição do Ensino Médio para o curso de graduação. A EJA caminha com problemas de qualidade, dificultando os sentimentos e as emoções do seu público em relação ao futuro. As expectativas quanto ao ingresso numa universidade, e também quanto à conquista de um emprego e uma carreira são mínimas, consideradas a falta de conhecimentos e estímulos oferecidos pela modalidade. Tal situação problematizada torna este artigo relevante para o campo da pesquisa científica, indicando caminhos para discussões relacionadas ao fortalecimento da educação pública brasileira.

Metodologia

A pesquisa que culminou na produção deste artigo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), através do Parecer n. 2.683.40, conduzida conforme os padrões éticos exigidos para a produção da Dissertação de Mestrado em Educação da Ufma.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, o que permitiu, segundo os pressupostos de Vieira (2010), um olhar aprofundado do contexto e do local pesquisado, além da interação entre o pesquisador e o objeto. Como procedimentos de pesquisa, realizou-se revisão bibliográfica contemplando artigos de periódicos e livros, buscando elementos, através de citações, para aprofundamento do objeto de estudo, pesquisa documental contemplando documentos legais sobre o objeto pesquisado para enriquecer a argumentação no trabalho, além de trabalho de campo com a coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturada e questionários (VIEIRA, 2010).

O campo empírico da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma)/Campus São Luís-Maracanã. A pesquisa envolveu

Coordenadores e estudantes dos Cursos de Graduação em Tecnologia de Alimentos e Licenciatura em Ciências Agrárias. Os critérios que orientaram a escolha dos Cursos investigados consideraram o quesito maior número de estudantes egressos da EJA e oferta regular de turmas no Campus entre os anos de 2015 e 2017. A seleção dos estudantes considerou a condição de egresso da EJA e a matrícula ativa nos referidos Cursos. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com os sujeitos participantes da pesquisa:

Quadro 1 – Identificação dos participantes da pesquisa

| Código | Função na Instituição Pesquisada | Curso |
|----------------|--|-----------------------------------|
| Participante A | Coordenador Geral de Cursos de Graduação | Todos os cursos |
| Participante B | Coordenador de Curso | Licenciatura em Ciências Agrárias |
| Participante C | Coordenador de Curso | Tecnologia de Alimentos |
| Participante D | Estudante | Licenciatura em Ciências Agrárias |
| Participante E | Estudante | Licenciatura em Ciências Agrárias |
| Participante F | Estudante | Licenciatura em Ciências Agrárias |
| Participante G | Estudante | Tecnologia de Alimentos |
| Participante H | Estudante | Tecnologia de Alimentos |
| Participante I | Estudante | Tecnologia de Alimentos |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2018.

Após a coleta de dados, foi iniciado o processo de análise e qualificação dos mesmos, interpretando as informações coletadas, decifrando os seus significados explícitos e implícitos (VIEIRA, 2010), para a produção final do texto.

Resultados e discussão

No Brasil, o acesso à Educação Superior pública ou privada, até meados dos anos 2000, ocorria por vestibulares tradicionais e, assim, cada Instituição de Ensino Superior (IES) organizava a forma de ingresso aos cursos oferecidos, individualmente e/ou em conjunto com outras IES, por provas sobre os conhecimentos das disciplinas cursadas no Ensino Médio. Essa forma de seleção permanece atualmente, entretanto, algumas instituições, com prevalência das Universidades Federais, aderiram à pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para ingresso na graduação.

Os estudantes que conseguem chegar à universidade integram um novo universo educacional, demandando-os alguns pré-requisitos, de modo a permanecerem e conseguirem concluir o curso de graduação. Nesse sentido, destaca-se que para além das condições exigidas ao ingressante no momento das provas do Enem e vestibulares

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

tradicionais, a instituição deve oferecer contrapartida como Programas de Assistência Estudantil que facilite o seu acolhimento no ambiente universitário até o final do curso.

As principais dificuldades para ingressar na Educação Superior, principalmente pública, passam pela qualidade da escolarização básica, tendo em vista que os critérios adotados pelo Enem exigem o domínio de conhecimentos gerais e específicos, favorecendo a construção de competências e habilidades próprias, situação contrária à realidade apresentada pelas escolas onde muitas possuem infraestrutura precária, falta constante de professores e de materiais didáticos, além de outros problemas.

O Enem, na forma de exame para ingresso na Educação Superior, cuja prova considera que todos os concorrentes são iguais, relega a trajetória dos diversos candidatos, ou seja, os conhecimentos exigidos priorizam a qualidade do ensino ao qual alguns estudantes não tiveram acesso. Entre os egressos da EJA, essa inserção na Educação Superior é mais recente ainda, já que poucos conseguem superar as dificuldades de um ensino aligeirado e com falta de incentivo para entrar numa universidade, pois, na prática, a EJA tem se constituído como uma modalidade da Educação Básica para certificação rápida, sem o aproveitamento dos conhecimentos exigidos em provas tão competitivas como as do Enem.

Além de problemas internos da escola, enfrentados pelos sujeitos da EJA, tais como disciplinas com cargas horárias reduzidas, metodologias inadequadas, falta de professores capacitados nos pressupostos teóricos que respalde a sua atuação em EJA, falta de estrutura escolar adequada, destacam-se as condições externas vivenciadas por esses sujeitos, já que pertencem às camadas populares, cujas vidas são permeadas pela pobreza, pouco tempo para estudar, mudança de residência para outra cidade, entre outros problemas.

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes da EJA, internas ou externas à escola, se tornam grandes entraves para que esse segmento possa realizar o sonho de entrar na universidade. O acesso democrático à universidade pública, como pensado através do Enem, deve contemplar instrumentos de avaliação ou parâmetros de notas que considerem as condições de estudos na EJA.

Além das condições de ingresso na universidade não serem igualitárias, as situações cotidianas vivenciadas nos cursos de graduação não contribuem para a permanência de alguns estudantes. Para Coulon (2017, p.1243), “o novo estudante deve, em particular,

descobrir as rotinas, as evidências, as regras, os novos códigos da universidade”. Consoante Coulon (2017), os estudantes que não conseguem se afiliar ao mundo universitário estão fadados ao fracasso.

Segundo Coulon (2017), em outras palavras, a afiliação significa o processo pelo qual alguém adquire um estatuto social novo. Para Coulon (2017), os estudantes que não conseguem efetivar esse ato de afiliação acabam abandonando ou fracassando no mundo universitário. Em se tratando dos egressos da EJA, esse processo de afiliação é mais difícil ainda, pois, estes são de origens populares, concluíram os estudos em escola pública ou mesmo na rede privada, cujas características são de um ensino precário e aligeirado. Muitos são oriundos do interior do estado e filhos de famílias muito pobres, logo, permanecerem no curso de graduação até a conclusão é um grande desafio para essas pessoas.

O aluno da EJA, geralmente, entra na universidade com dificuldades de leitura, escrita, operação com cálculos, entre outros problemas ligados à escolarização anterior. Além disso, às vezes esse aluno nem sequer se identifica com o curso que frequenta, já que a escolha pode ter se dado em função da nota obtida no Enem, o que não lhe permitiu escolher algo que desejava.

Paralelo a essa problemática, encontra-se a situação econômica e social desses sujeitos, que não oferece expectativas positivas em relação à continuação dos estudos. Muitos não possuem condições financeiras para os gastos com transporte e material didático, moram distante da universidade e não dispõem de assistência estudantil proporcionada pela instituição, para poderem ter condições de enfrentar tais problemas. Não se descarta, porém, o processo de afiliação por parte dos egressos da EJA ao mundo universitário, desde que sejam tomadas medidas institucionais que garantam a sua permanência em face ao seu contexto social e escolar de origem.

O segmento da EJA engloba jovens, adultos e idosos, que podem estar na condição de trabalhadores, desempregados, donas de casa, pessoas com deficiências, e ainda com as mais diversas características culturais, religiosas, sociais, políticas e econômicas. Segundo Arroyo (2011), a reconfiguração da EJA virá do reconhecimento da especificidade dos sujeitos que fazem parte dessa modalidade através de suas trajetórias de vida, suas trajetórias escolares, seu protagonismo social e cultural, suas identidades coletivas de classe, gênero, raça, etnia, etc. A respeito dessa pluralidade de perfis, estão os estudantes

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

do Ifma/Campus São Luís-Maracanã selecionados para participarem desta pesquisa, expressos no Quadro 2:

Quadro 2 – Perfil sociodemográfico dos estudantes participantes da pesquisa

| Participante | Idade | Sexo | Naturalidade | Etnia | Religião | Estado civil |
|--------------|---------|-------|---------------------------|--------|--------------|--------------|
| D | 30 anos | Fem. | São Luís-MA | Negra | Sem religião | Solteira |
| E | 42 anos | Fem. | Alcântara-MA | Negra | Evangélica | Solteira |
| F | 28 anos | Masc. | Olho d'Água das Cunhãs-MA | Pardo | Católico | Solteiro |
| G | 38 anos | Fem. | Codó-MA | Branca | Sem religião | Casada |
| H | 33 anos | Fem. | Bacabal-MA | Negra | Evangélica | Solteira |
| I | 38 anos | Fem. | Aracaju-SE | Parda | Evangélica | Solteira |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2018.

Os dados do Quadro 2 revelam que os participantes da pesquisa possuem características distintas quanto à idade, à cidade de origem, à cor da pele, à crença religiosa e ao estado civil. Tal heterogeneidade é característica dos sujeitos da EJA, e o conhecimento dessa especificidade quanto à faixa etária, bem como a realidade sociocultural dos alunos, deve ser de interesse tanto da IES como dos professores, subsidiando a elaboração dos planejamentos institucional e didático que considerem as especificidades e necessidades do público atendido durante a recepção dos estudantes e para as aprendizagens esperadas com as aulas.

É necessário reconhecer que os sujeitos da EJA são pessoas com um protagonismo na sociedade, carregados de trajetórias diversas, de conquistas e fracassos, que conformam os sujeitos históricos que são (HADDAD, 2007). As suas classes sociais, os problemas de alimentação, moradia, gênero, etnia, deficiências e outras características precisam ser considerados nos processos de escolarização básica e superior.

O processo de início ou retorno ao Ensino Médio até a sua conclusão possui estreita relação com a expectativa de melhorar as condições de vida, as condições de trabalho e a continuação dos estudos. Constata-se que para muitas pessoas, concluir a escolarização básica representa uma oportunidade para conseguir um emprego, melhorar de emprego ou entrar numa universidade. A esse respeito, Silva e Lima (2007, p.248) comungam da ideia de que:

Nas demandas do mundo atual, jovens e adultos percebem a relevância da escolarização, em virtude das exigências do mercado de trabalho. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho expõem que os não escolarizados correm riscos de não terem acesso ao mais simples dos empregos, visto que o grau de escolaridade é

um dos principais requisitos exigidos para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho.

Tal sentimento, de que quanto maior a escolaridade ampliam-se as possibilidades de disputar por melhores vagas no mercado de trabalho serão alcançados, é compartilhado por todos, desde os que estudam no ensino regular diurno até os que estudam no ensino regular noturno ou na EJA. Destaca-se, ainda, a influência exercida pelos meios de comunicação de massa e a própria escola que reforçam a visão da educação como a solução para muitos problemas cotidianos.

Além da busca pela existência de postos de trabalho, os sujeitos da EJA almejam entrar na universidade. Os esforços dessas pessoas são redobrados, já que precisam resgatar conhecimentos escolares anteriores, muitas vezes já esquecidos ou apreendidos incompletamente e até desconectado do todo. Muitos acabam procurando alternativas de aprofundamento dos estudos, para poderem se preparar para disputar com maiores oportunidades de aprovação.

Percebe-se que a origem escolar, social, cultural e econômica é importante para o sucesso das pessoas ao longo da vida. Conseguir boas oportunidades de trabalho e prosseguir nos estudos depende, em grande parte, do percurso construído pelas pessoas ao longo da vida. O percurso escolar básico é imprescindível nas disputas que ocorrem na sociedade, revelando que o sucesso das pessoas não depende somente dos esforços individuais, mas de condições objetivas de vida viabilizadas através das políticas públicas, tais como: qualidade de vida, acesso à educação, saúde, emprego, renda e moradia.

Entre os alunos participantes da pesquisa, as entrevistas revelaram que o processo de escolarização na EJA deixou lacunas quando foram realizar o Enem, pois, não obtiveram sucesso na disputa por vaga no curso pretendido como primeira opção. Alguns deles tiveram que realizar um curso pré-vestibular e outros realizaram o Enem sem obter êxito por várias tentativas. Dentre as dificuldades na prova do Enem, os alunos participantes da pesquisa relataram:

Participante D: a dificuldade foi quanto à elaboração da redação, sendo uma nota fora parte, e com interpretação de texto. Nunca fui ótima em interpretar texto;

Participante E: dificuldades nas questões de cálculos e com interpretação textual;

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

Participante F: as provas de português e matemática eram muito difíceis. Realizei provas de vestibular por sete vezes.

Participante G: dificuldade nas provas de cálculos. Não tive uma base, pois, as disciplinas foram vistas aligeiramente;

Participante H: muitas dificuldades com as disciplinas de exatas;

Participante I: não tinha muito conhecimento de interpretação de textos.³

A análise das entrevistas dos estudantes participantes desta pesquisa, complementada com outras informações obtidas sobre a EJA, aponta que democratizar a escola e garantir a aprendizagem de qualidade na EJA significa oferecer boas condições de ensino a todos que a procuram, satisfazendo os seus anseios pessoais e os tornando preparados para os desafios da sociedade, para o trabalho e para os concorridos exames de ingresso na Educação Superior.

Para os egressos da EJA, ingressar, permanecer e concluir a Educação Superior é desafiador. Essas dificuldades se revelam em algumas faculdades e universidades, principalmente com relação àqueles pertencentes às camadas populares, cujo número de alunos que consegue concluir o curso superior é bem inferior ao quantitativo de alunos que conseguem ingressar neles.

De acordo com informações levantadas por entrevista realizada com a participante A da pesquisa, quando perguntada sobre o problema de evasão escolar nos cursos ofertados pela instituição, informou que *“muitos alunos não se identificam com o curso logo no início, principalmente os cursos de formação docente, e a universidade não tem pensado e adotado medidas para como combater essa evasão precoce”⁴*.

Percebe-se que muitos ingressam nos cursos num contexto em que dispõem de pouco ou quase nenhum conhecimento sobre os mesmos. Muitas vezes desejavam outra opção, entretanto, tinham baixa pontuação no Enem. Com isso, optam pelos cursos menos concorridos, o que implica muitas vezes em desistência por falta de identificação pessoal e/ou profissional.

O insucesso acadêmico, de acordo com Silva (2015), se traduz no trancamento ou abandono do curso que pode ser explicado pelo frágil capital cultural com que a maioria dos estudantes ingressa na universidade. Muitos carregam uma precária escolarização anterior, demonstrando dificuldades de leitura, escrita, cálculo, comunicação, entre outras competências e habilidades que são atributos básicos para a formação de nível superior.

Com o público egresso da EJA, esses problemas são agravados já que lhes impõem limitações na aprendizagem dos conteúdos acadêmicos.

Quando questionados sobre os principais problemas de aprendizagem enfrentados nas aulas dos seus respectivos cursos de graduação, os estudantes participantes da pesquisa responderam que:

Participante D: as dificuldades são com as disciplinas de cálculos;

Participante E: problemas na resolução de alguns cálculos exigidos por algumas disciplinas;

Participante F: grandes dificuldades nas disciplinas pedagógicas e com a produção de artigos científicos;

Participante G: dificuldades nas disciplinas que envolvem cálculo, já que no ensino médio teve mais afinidade com as disciplinas de humanas;

Participante H: muitas dificuldades com as disciplinas de exatas;

Participante I: os principais problemas são com as aulas de matemática.⁵

As falas dos entrevistados demonstram que eles chegaram à Educação Superior com dificuldades de aprendizagem por conta dos conhecimentos prévios insuficientes. Embora lhes dadas as oportunidades de escolarização básica, essas foram marcadas por práticas educativas cujas metodologias não deram conta de favorecer o acesso à aprendizagem dos conteúdos curriculares que contribuíssem para o aprimoramento dos conhecimentos prévios e a construção de novos conhecimentos, necessários à continuação dos estudos na sua plenitude.

Segundo Zago (2006, p.232), “sabemos que a ampliação do número de vagas nos níveis fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino”. Em se tratando da EJA, esse problema da qualidade torna-se mais sério, pois, mesmo com a ampliação de oportunidades, muitos cursos e exames de certificação dessa modalidade da Educação Básica são marcados pela rapidez e o tratamento não aprofundado dos conteúdos escolares.

Um ensino superficial e marcado pela ausência de alguns conteúdos que formam a base curricular do Ensino Médio, como tem acontecido na EJA, causa um efeito que se traduz em exclusão que vai desde a escolha do curso, já que os candidatos sentem-se menos preparados para a escolha dos cursos de maior prestígio, até o percurso universitário daqueles que conseguem ingressar na universidade, ocasionando desestímulos que levam muitas vezes ao trancamento ou evasão do curso.

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

Para Coulon (2017), sejam quais forem as dificuldades e as limitações dos estudantes, estas precisam ser superadas para eles conseguirem concluir os seus cursos, e isso inclui um esforço não somente do aluno, mas principalmente o comprometimento das IES e dos seus docentes que precisam pensar e encaminhar soluções viáveis para garantir a permanência dos estudantes até o final do curso, portanto, devem ser oferecidas as oportunidades acadêmicas que fortaleçam a formação qualificada desse estudante.

Dentro desse nível de complexidade e de responsabilidade, as IES e os seus docentes assumem um papel preponderante, já que é no contexto da universidade e no exercício da docência que irá ocorrer a formação dos estudantes (SILVA, 2015). De acordo com Haddad (2007), os egressos da EJA demandam uma grande diversidade de atendimento, o que pode aproximar os cursos das características peculiares dos seus educandos.

Reafirma-se, desse modo, o papel da educação como espaço privilegiado para a construção de sujeitos de direitos, e também para a formação de uma cultura de defesa dos direitos humanos, que traz subjacente a necessidade de pensar o(a) cidadão(ã) nas suas relações com o direito à educação de modo a viabilizar a sua efetiva participação nas estruturas político-econômico-social e cultural da sociedade. (CAPUCHO, 2012).

Diante dessas adversidades, as IES devem adotar uma estrutura de apoio capaz de garantir a inclusão desses novos estudantes, atender as suas expectativas e necessidades de formação, o que poderá contribuir significativamente para o sucesso dos mesmos a partir do suporte social, material e pedagógico (COSTA; DIAS, 2015). Existe a necessidade da adoção de políticas institucionais para acolhida dos universitários com maiores dificuldades, contribuindo para a permanência deles até a conclusão dos seus cursos.

Buscando informações sobre o suporte institucional no Ifma/Campus São Luís-Maracanã, conforme destacado na entrevista da participante A, *“não existem políticas específicas de atendimento aos egressos da EJA, nem tampouco o Projeto Pedagógico da Instituição prevê ações diferenciadas para esse público”*⁶.

Sobre a capacitação dos professores universitários para o trabalho com o público egresso da EJA, a mesma entrevistada relatou que *“não existem cursos exclusivos para essa demanda, apenas cursos diversos previstos no calendário anual da Instituição que, porventura, até podem contemplar questões sobre a EJA”*⁷.

Identificou-se com esta pesquisa, que o ingresso desse novo perfil de aluno na Instituição pesquisada aumenta em matrícula, mas a permanência não ocorre no mesmo

nível. Percebe-se que, os contextos de vida e as dificuldades de aprendizagem do egresso da EJA, não são considerados para a formulação de estratégias pedagógicas mais específicas que possam combater a sua evasão.

A respeito desse aluno ingressante na Instituição, segundo a entrevista da participante B, foi informado que: *“desde a entrada do aluno, a equipe multidisciplinar faz um mapeamento do ingressante para o posterior acompanhamento do mesmo. Esse acompanhamento ocorre independente da especificidade do aluno”*⁸.

A análise dos dados e informações relatados acima revela que, nesse mapeamento do ingressante, não é considerado o fato de ele ser oriundo da EJA. Esse levantamento elege quesitos socioeconômicos e educacionais, sem considerar que os egressos da EJA poderiam ser mapeados para a construção de um banco de dados de modo a subsidiar a formulação das medidas institucionais de assistência estudantil.

Consoante a entrevista do participante C, *“a Instituição deveria buscar ferramentas de acompanhamento desse aluno que vem da EJA. Atualmente não existem políticas de acompanhamento desse público que ingressa na graduação”*.⁹ O entrevistado também considera que alguns alunos desistem do curso para realizarem transferência interna ou externa. *“Para alguns alunos, esse curso era a 2ª opção no Sisu, e ao ingressar não se identificaram com o perfil profissional.”*¹⁰

Para Silva (2015), o mapeamento do ingresso, o levantamento do perfil, o conhecimento das expectativas, além do acompanhamento da permanência, das vivências e dos índices de conclusão do curso entre os egressos da EJA, são aspectos que precisam ser considerados pelas instituições. Dentro desse contexto acadêmico, Silva (2015) comunga com Coulon (2017), a respeito do processo de afiliação desse estudante, visto que a vivência no cotidiano da universidade exige a implementação de políticas institucionais voltadas para o atendimento desse público, o que poderá contribuir para sua permanência, seu êxito acadêmico, e ainda para a compreensão e interpretação das regras e códigos institucionais e intelectuais que os levem a agir com maior autonomia e sucesso nas atividades acadêmicas.

O direito à educação, de acordo com Araujo (2011), pode ser traduzido em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência, mediante ensino de qualidade igual para todos. Esse pressuposto indica que o Estado deve formular e

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

implementar políticas educacionais que ofereçam ensino com iguais possibilidades para todas as pessoas, desde a Educação Básica até a Educação Superior.

Depreende-se, com base na análise até aqui desenvolvida, que o novo perfil de estudantes jovens, adultos e idosos que ingressa nas IES, precisa ser discutido e problematizado para encontrar os caminhos para enfrentar os desafios que permeiam o percurso de formação universitária desses sujeitos (SILVA, 2015). No que se refere à Instituição pesquisada, esta e os seus professores devem se instrumentalizar com informações sobre as características desse público ingressante, contando com o apoio dos demais setores que formam a Instituição.

Considerações Finais

O processo de escolarização na EJA é marcado pela descontinuidade, formação básica desvantajosa, de qualidade questionável, com repercussões nos estudos posteriores, evidenciadas através das dificuldades para o ingresso, permanência e conclusão na Educação Superior, além de repercutirem também em outros contextos de vida das camadas populares da sociedade, tais como trabalho, condições de vida digna, etc.

No que se refere à expectativa de ingresso na universidade, evidenciou-se que os egressos da EJA enfrentam sérios desafios na transição do Ensino Médio para a Educação Superior. Os problemas de qualidade de ensino que permeiam a EJA e as condições socioeconômicas de algumas pessoas dificultam o ingresso na universidade e a permanência a ela por parte daqueles que conseguem aprovação nos concorridos exames.

Os dados da pesquisa, relativos às trajetórias escolares e às condições de ingresso, bem como a permanência dos egressos da EJA no Ifma, revelaram que os alunos enfrentaram grandes desafios para entrar na Instituição, e agora se defrontam com obstáculos para nela permanecer até a conclusão do curso de graduação.

Em se tratando do egresso da EJA, na Instituição pesquisada, não existem políticas institucionais específicas para o enfrentamento dos principais problemas que permeiam a vida acadêmica desses alunos, visto que os mesmos são contemplados pelas mesmas políticas assistivas aos demais estudantes.

Constatou-se que o investimento na infraestrutura das escolas, na formação e valorização docente, na construção de materiais didáticos, bem como, posteriormente, o acolhimento e acompanhamento dos egressos da EJA na Educação Superior são importantes para o sucesso acadêmico desses sujeitos.

O insucesso na universidade muitas vezes se traduz em reprovações, no trancamento ou evasão do curso, e possui estreita relação com o percurso da escolarização básica e as condições de vida dos estudantes. Em se tratando do egresso da EJA, as lacunas de aprendizagem oriundas dessa modalidade da Educação Básica aliada às condições de vida precárias que muitos deles levam, se reflete no fracasso na universidade.

Dessa forma, a partir dos dados da pesquisa e em diálogo com os autores que subsidiaram a elaboração deste artigo, considera-se que as dificuldades e as limitações dos estudantes precisam ser superadas de modo a conseguirem concluir a Educação Superior. É indiscutível que os esforços pessoais, mas principalmente, as IES e os seus docentes precisam ser pensados e encaminhados para soluções viáveis garantindo, assim, a permanência dos estudantes até o final do curso.

Referências

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 39, p. 279-292. jan./abr. 2011.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BOUDON, Raymond. **A desigualdade de oportunidades**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: práticas pedagógicas e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, Vanessa. Determinantes do sucesso educacional: um olhar sobre as trajetórias educacionais de sucesso. In: **Revista Teoria e Cultura**, v. 7, n. 1/2, p. 69-80, jan./dez. 2012.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 9, n. 17 e 18, jan./jun., ago./dez., 2015.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez, 2017.

Egressos da educação de jovens e adultos na educação superior: da vida escolar à vida acadêmica

FARIA, D. S. A; MOURA, D. H. Desistência e permanência de estudantes de ensino médio do PROEJA. In: **Dossiê Educação e Juventude**. Ano 31, vol. 4, Rio Grande do Norte, 2015.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes; LIMA, Kátia Regina Rodrigues. EJA, Trabalho e Educação na Formação Profissional: possibilidades e limites. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre - RS, v. 35, n. 1, p. 187-206, jan./abr., 2010.

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. In: **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Global, 2007.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu – SP, v. 1, n.º 1, 1997.

SILVA, Neilton da. Processo de aflição de egressos da EJA no Ensino Superior: desafios e propostas à docência universitária. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. Salvador – BA, vol. 3, n.º 5, 2015.

SILVA, José Barbosa da; LIMA, Orlandil Moreira. Juventude e política de Educação de Jovens e Adultos em João Pessoa. In: **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Global, 2007.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro – RJ, v. 11, n. 32, mai./ago., 2006.

Notas

¹ No Maranhão, também denominada Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai), por incluir a categoria idoso na Lei n. 10.099/2014 - Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e outros documentos legais do Estado.

² Conforme a LDB de 1996 e a Emenda Constitucional n. 59/2009, a Educação Básica obrigatória e gratuita é compreendida dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos.

³ Dados da pesquisa. Informação verbal.

⁴ Dados da pesquisa. Informação verbal.

⁵ Dados da pesquisa. Informação verbal.

⁶ Dados da pesquisa. Informação verbal.

⁷ Dados da pesquisa. Informação verbal.

⁸ Dados da pesquisa. Informação verbal.

⁹ Dados da pesquisa. Informação verbal.

¹⁰ Dados da pesquisa. Informação verbal.

Sobre os autores

Diego Rodrigo Pereira

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA. Professor do Departamento de Educação e Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Endereço eletrônico: diegoantropologo@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-9176-4908.

Francisca das Chagas Silva Lima

Doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado em Educação e do Departamento de Educação II da UFMA. Endereço eletrônico: fransluma@bol.com.br. Orcid: 0000-0001-9654-0797.

Recebido em: 01/02/2022

Aceito para publicação em: 20/03/2022